

VÂNIA SICILIANO AIETA

*Professora da PUC-RJ,
na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e na
Universidade Veiga de Almeida
Doutoranda em Direito Constitucional pela PUC-SP
Mestre em Direito Constitucional pela PUC-RJ
Advogada*

A Garantia Da Intimidade

COMO DIREITO FUNDAMENTAL

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro

1999

Copyright © Vânia Siciliano Aieta

Produção editorial:
MÁRCIA R. DE J. CAMPOS

Capa:
MÁRCIA R. DE J. CAMPOS

Editoração eletrônica:
MAANAIM INFORMÁTICA LTDA.
Tel.: 242-4017

Editores:
JOÃO MANOEL DE ALMEIDA e JOÃO LUIZ DA SILVA ALMEIDA

Foto da capa: Edgar Degas, Paris, Musée du Louvre

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilme, etc. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Código Penal, art. 184 e §§; Lei nº 6.895, de 17.12.1980), e busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais).

ISBN 85-7387-010-9

1999

Todos os Direitos reservados à
EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
Rua da Assembléia, 10 – Grupo 2307 – Centro
Tels.: (021) 531-1790, 531-2199 e 531-2757
Fax: (021) 531-1126
Rio de Janeiro, RJ – CEP 20011-000

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação	xiii
Introdução	1
1. Considerações acerca das origens históricas da intimidade e sua regulação como direito fundamental	3
1.1. O processo de positivação dos direitos fundamentais.....	9
1.2. As declarações de direitos como marco institucional da positivação.....	11
1.3. Os direitos do homem na era contemporânea	17
1.4. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e a internacionalização dos direitos fundamentais.....	19
2. A problemática da justificação dos direitos fundamentais	25
2.1. A busca da eficácia.....	26
2.2. A tese jusnaturalista	29
2.3. Os direitos humanos como construções morais	39
3. Considerações filosóficas acerca do existencialismo e suas relações com a intimidade	43
3.1. A filosofia da <i>Existenz</i>	45
3.1.1. O homem nietzscheano.....	46
3.1.2. A demolição kantiana do antigo conceito de ser e a busca de Schelling pelo mundo novo.....	51
3.1.3. A concepção kierkegaardiana e a rejeição do sistema hegeliano: o nascimento do eu.....	53
3.1.4. O método fenomenológico husserliano	58

3.2. As correntes existencialistas	63
3.2.1. A abordagem ontológica heideggeriana.....	64
3.2.2. A filosofia de Jaspers e o combate às análises positivista e niilista.....	69
3.2.3. O existencialismo sartreano	71
4. A intimidade como direito fundamental	75
4.1. Considerações preliminares	78
4.2. O ensaio Warren - Brandeis	80
4.3. Os direitos da personalidade – O direito à intimidade como espécie dos direitos da personalidade.....	89
4.4. O direito à intimidade como valor constitucional	91
4.4.1. Conceituação e conteúdo	95
4.4.2. A teoria alemã das esferas	102
4.4.3. Natureza jurídica	107
4.4.4. Características	111
a) Generalidade	111
b) Extrapatrimonialidade.....	113
c) Absolutismo	113
d) Inalienabilidade.....	114
e) Imprescritibilidade	114
f) Intransmissibilidade em razão da morte.....	115
g) Inexistência de presunção de abandono.....	118
4.4.5. O alcance da Esfera Íntima – O embate doutrinário de Prosser e Bloustein.....	118
a) O segredo	121
b) A inviolabilidade da correspondência – o sigilo epistolar.....	123
c) A inviolabilidade do domicílio – o direito ao isolamento doméstico	126
d) As visitas indesejadas	129
e) O sigilo profissional	130
f) A inviolabilidade do lixo doméstico	140
g) O direito ao esquecimento	141
h) O sigilo bancário.....	143
i) A intimidade da pessoa jurídica.....	147

j) A intimidade das pessoas de vida pública	152
k) O direito coletivo à intimidade	158
l) A intimidade da criança e do adolescente	161
4.4.6. Limitações ao direito à intimidade.....	164
4.4.6.1. O consentimento do interessado.....	167
4.4.6.2. O princípio da publicidade e a supremacia do interesse público – o interesse da Administração Pública.....	170
4.4.6.3. O direito à informação – A possibilidade da crítica	176
4.4.6.4. As exigências processuais – O direito à intimidade e o processo penal.....	189
4.4.6.5. O interesse da Saúde Pública.....	194
4.4.6.6. O interesse histórico.....	197
5. O perigo da era tecnológica e a violação da intimidade	201
6. A topografia do direito à intimidade na história constitucional brasileira	239
6.1. A tutela indireta em textos passados	239
6.2. A positivação na Constituição de 1988 – os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte	244
6.3. A estrutura e os efeitos das normas constitucionais de proteção à intimidade	285
Conclusão.....	287
Bibliografia.....	293